



AGRICULTURA FAMILIAR – UMA HISTÓRIA, UM LEGADO!

Luiz Alves Feitosa Filho¹
 Jesica Aparecida Heineck²
 Neidinaia da Silva Benvenuti³

Resumo:

O tema da agricultura e agricultura familiar está no centro de muitos debates sobre o desenvolvimento sustentável. Porém a agricultura originou-se a cerca de 12 mil anos, no período Neolítico conhecido como a Era da **Nova Idade da Pedra Polida**. Teve início por volta de 8.000 anos antes de Cristo, onde a história da agricultura como domesticação da natureza é muito recente. Com o início da revolução industrial e a crescente importância das cidades fabris, houve um rápido aumento das cidades e declínio progressivo das populações rurais, influenciando fortemente o modo de exploração das terras para gerar alimentos. Este novo modo de explorar a terra, foi denominado no Brasil de Modernização Verde, que não é diferente de tecnologias implantadas em outros países em que um conjunto de agroquímicos é responsável pela produção de inúmeros produtos, com um custo ambiental tão cruel e devastador, que não dialoga com perspectivas sustentáveis necessárias a manutenção da vida do Planeta. Desta forma o debate sobre a agricultura familiar é emergente, pois compõe-se de um modo de vida e produção mais ajustado a preservação ambiental e da vida.

Palavras Chave: agricultura; agricultura familiar; sustentabilidade

¹ Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, Graduado em Administrador com ênfase em Marketing, na Faculdade Dom Bosco de Ubitatã, especialista em agronegócios Universidade do Pr - (UFPR) docente Faculdade de Ampere - FAMPER, Ampère, Pr. Faculdade Iguazu - Capanema – PR – reside em Realeza-Pr - Profeitosa55@hotmail.com

² Acadêmico em Administração, Faculdade Famper de Ampere-Pr, colaboradora da cooperativa de Crédito Cresol, de Ampere-Pr - reside em Ampere – Pr – jeh.heineck@hotmail.com

³ Acadêmico em Administração, Faculdade Famper de Ampere-Pr, colaborador TM Purificadores de Ampere-Pr, residente em Ampere – Pr – neidinaia_benvenuti@outlook.com

INTRODUÇÃO

O tema da agricultura e agricultura familiar está no centro de muitos debates sobre o desenvolvimento sustentável. Isso tem sido recorrente após longos anos de dedicação de um conjunto de agricultores que buscaram este reconhecimento através de suas organizações para desvelar este segmento junto às políticas públicas, com como um conjunto de pesquisadores que nos últimos anos apresentaram no espaço de pesquisa a importância deste segmento para o desenvolvimento. No Brasil, estes movimentos foram capazes de contribuir com a aprovação de uma Lei que regimenta minimamente a profissão de agricultor familiar, contudo a Lei 11.326 de 2006, não dá conta da diversidade de conceitos e história que a agricultura familiar carrega.

A agricultura uma das atividades mais antigas do mundo, precedida pela caça e da pesca. Nos tempos medievais, era a agricultura que agrupava as vilas e seus moradores, e desta vinha o sustento e a moeda para os escambos. Outras profissões também existiam, mas nada comparado com a dimensão dos agricultores, em número e em produção. Mais tarde, com o crescimento da economia mercantilista, outras atividades se tornaram tão ou mais vantajosas que a agricultura.

Hoje a agricultura está presente não somente como economia, mas é nela que acontecem grandes debates sobre o desenvolvimento. Porém a constituição do setor agrícola não é homogênea, existem os agricultores mais capitalizados, com mais terras, outros com pequenos lotes, ou ainda os que estão na luta para conseguir um espaço através das políticas de reforma agrária. Há ainda, os que possuem acesso as políticas públicas e tecnologias, os que se preocupam apenas em produzir, pela produção em escala, outros pela orgânica, outros ainda produzem para a alimentação de subsistência; ou seja, a diversidade de necessidades e características que compõem o setor agrícola, muitas vezes, torna difícil assegurar que uma política adotada, possa beneficiar a toda esta diversidade.

Como refere-se Tedesco, em sua obra “Terra, trabalho e família- racionalidade produtiva e ethos camponês” quando fala sobre a construção da Agricultura Familiar no sul do Brasil, adentrar no campo de análise sociocultural, econômica e simbólica do espaço rural é ter a certeza de estar em terreno movediço, inquieto, e que quer se firmar em meio as contradições, multiplicidades e fragilidades de problemas e soluções que o pesquisar se apresenta. (TEDESCO,1999, p. 15).

Compreender o contexto da agricultura requer muito mais do que uma leitura apenas do ponto de vista produtivo, é preciso, sobretudo conceber o campo como um lugar de vida, de construção de relações e de sonhos, dos sujeitos que nesse contexto se encontram.

O presente trabalho adentra neste contexto, uma vez que tem por objeto de estudo, a agricultura familiar. Retomando os aspectos históricos da agricultura que compuseram este diverso ambiente onde há sujeitos envolvidos num espaço de vida e produção.

O presente artigo está dividido em cinco partes a partir desta introdução; uma primeira retoma aspectos registrados de uma agricultura neolítica- antiga e medieval, com suas formas de ação; a segunda trata-se da metodologia os aspectos metodológicos utilizado na pesquisa, o terceiro, pretende realizar um recorte já nos tempos modernos que trouxeram a agricultura como uma atividade do homem até os nossos dias, quarta parte busca provocar a reflexão da contribuição do papel da agricultura familiar, um dos modelos de agricultura que carrega em sua história a sustentabilidade ambiental pela sua racionalidade diferente de outros modelos de agricultura, e a quinta e ultima considerações sobre os desafios para as agriculturas no Brasil.

1. METODOLOGIA

A realização da pesquisa ocorrerá a partir de estudos teóricos em livros, artigos científicos, O estudo é uma pesquisa Bibliográfica e exploratória, já que faz um levantamento teórico sobre as teorias gerais da agricultura familiar.

Segundo Gil (2009), a pesquisa exploratória é definida como uma forma de melhor se relacionar com o problema, esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo um aprimoramento de ideias, isso faz com que seu planejamento seja bem flexível, assim podendo possibilitar a consideração dos aspectos relacionados ao estudo.

Também para Gil (2008. p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

2. OS PRIMÓRDIOS DA AGRICULTURA

2.1 A Agricultura dos tempos neolíticos aos tempos medievais

A agricultura originou-se a cerca de 12 mil anos, no período Neolítico conhecido como a Era da **Nova Idade da Pedra Polida**. Teve início por volta de 8.000 anos antes de Cristo, após as

mudanças climáticas criarem melhores condições de vida para os homens e animais. Contudo a história da agricultura como domesticação da natureza é muito recente.

Desde então, a evolução produziu centenas de milhares de espécies vivas, das quais muitas desapareceram no curso do tempo. Em primeiro lugar, os vegetais dos quais se conhece mais de 500.000 espécies e os animais dos quais identificamos, aproximadamente, um milhão de espécies que vivem ainda hoje. Todas as espécies vivas não foram ainda totalmente identificadas e a cada ano outras novas são descobertas. Conjuntos de indivíduos de uma espécie, que vivem em um tempo e lugar determinados, constituem uma população dessa espécie. O conjunto de populações vegetais e animais vivendo nesse lugar formam um povoamento, ou biocenose. Esse povoamento e o meio inanimado — biótopo (geologia, morfologia, clima) — formam um ecossistema. A ecosfera é composta por todos os ecossistemas do planeta. (MAZOYER, 1933, p. 52)

O período Neolítico é considerado um importante avanço social, econômico e político. Nesse período, o homem descobre-se como um ser social que tem muito mais vantagem de agir em grupo.

[...], tenhamos em mente, em princípio, que os primeiros sistemas de cultivo e de criação apareceram no período neolítico, há menos de 10 mil anos, em algumas regiões pouco numerosas e relativamente pouco extensas do planeta. Originavam-se da autotransformação de alguns dos sistemas de predação muito variados que reinavam então no mundo habitado. Essas primeiras formas de agricultura eram certamente praticadas perto de moradias e aluviões das vazantes dos rios, ou seja, terras já fertilizadas que não exigiam, portanto, desmatamento. (MAZOYER, 1933, p. 45).

Se o homem paleolítico coletava alimentos praticando o ato da caça e da pesca para sobreviver, o homem neolítico passou a produzir o que comer com mais assiduidade, plantando frutos, legumes e vegetais. Com isso, não havia mais a necessidade de procurar alimentos, criando o fenômeno da permanência em detrimento do nomadismo.

Durante todo esse período, a utilização de pedra talhada por percussão continua predominante, mas se diferencia e se especializa graças à prática do talhe levaloisiano, uma técnica de talhar que, conforme vimos anteriormente, começara a ser praticada talvez no tempo dos *Homo erectus* e que está na base da evolução ulterior dos procedimentos de fabricação da pedra talhada. A confecção de peças de ossos ainda é rudimentar, como no paleolítico antigo, mas o uso do fogo se generaliza, o que tende a provar que sua produção foi, de uma vez por todas, dominada. A caça organizada em grandes expedições coletivas para conduzir rebanhos inteiros rumo a armadilhas naturais parece ter começado nessa época. (MAZOYER, 1933, p. 64).

Neste período são construídas as primeiras moradias, similares a pequenos cubículos feitos de palha e madeira. Geralmente, os Neolíticos trabalhavam coletivamente, saindo em grupos para as

atividades de caça e pesca. As mulheres eram responsáveis por garantir o bem-estar das pequenas aldeias, permanecendo com os filhos e cuidando da agricultura. O homem Neolítico cria o dinheiro, que era representado por sementes de cores diferentes, para facilitar a troca de produtos. Também surge na Era Neolítica a criação do primeiro barco, e a domesticação de animais tanto para o trabalho como para a alimentação.

A partir daí a agricultura neolítica se expandiu pelo mundo de duas formas principais: os sistemas pastorais e de cultivo de derrubada-queimada. Os sistemas de criação por pastoreio estenderam-se às regiões com vegetação herbácea e se mantiveram até nossos dias nas estepes e nas savanas de diversas regiões, na Eurásia Setentrional, na Ásia Central, no Oriente Médio, no Saara, no Sahel, nos Andes etc. Por um lado, os sistemas de cultivo de derrubada-queimada conquistaram progressivamente a maior parte das zonas de florestas temperadas e tropicais, onde se perpetuaram durante séculos, senão milênios, e perduram ainda em certas florestas da África, da Ásia e da América Latina. (MAZOYER, 1933, p .45).

A Era Neolítica é considerada o último período pré-histórico. Mas é ainda nesta era que se faz a descoberta do bronze para a fabricação de armamentos, e surge à escrita e a criação do Estado nas primeiras civilizações da Antiguidade que são as marcas desta Era.

A Era Antiga compreende o período que se estende, aproximadamente de 4.000 a.C. até 476 d.C. com o fim do Império Romano. Neste período houve o florescimento e o apogeu das civilizações da Mesopotâmia, do Egito Antigo, dos povos Hebreus, da Grécia Antiga e da Roma Antiga de reconhecimento oficial, e paralelamente se desenvolveram os Persas a China, a Índia e vários Reinos Africanos, os Germânicos, os Vikings e outros.

Em todos estes povos a agricultura basicamente neste período estava voltada a subsistência, todos os povos tinham uma forma de cultivar os seus alimentos. É no Império Romano que nasce a organização rural, que é à base do campesinato posteriormente conhecido na Idade Média.

Nas regiões temperadas da Europa, após o desmatamento, toda uma série de sistemas pós-florestais sucederam-se e, de revolução agrícola em revolução agrícola, chegamos aos sistemas atuais. A revolução agrícola antiga gerou sistemas de cultivo de cereais pluviais com alqueive, com pastagem e criação associadas, nos quais se utilizavam ferramentas manuais, como a pá e a enxada, e um instrumento de cultivo de tração leve, o arado escarificador. (MAZOYER, 1933, p .46).

Na América, pode-se considerar como Idade Antiga a época pré-Colombiana, onde surgiram as avançadas civilizações dos Astecas, Maias e Incas. Porém, muitos estudiosos consideram que em outras regiões, como no Brasil, boa parte dos povos ameríndios ainda não haviam se constituído o

mesmo nível de complexidade social e a classificação de Pré-história para essas sociedades seria mais correta, até a descoberta pelos europeus.

Havia séculos que os camponeses seguiam a mesma rotina de plantação: Os servos semeavam uma parte da terra do feudo, a planta crescia e era colhida e aos poucos, a terra ia se esgotando, perdendo sua fertilidade.

Até o século IX, a maioria dos camponeses dividiam a terra a ser plantada em duas partes, enquanto plantavam numa das partes, a outra descansava para recuperar a fertilidade. Com esse sistema, metade das terras cultiváveis ficava sem uso. Estava abandonada de vez a agricultura que até então tinha sido itinerante. “A passagem da produção agrícola baseada em sistemas de cultura itinerante para a produção baseada em sistemas de cultura permanente na Europa do Norte foi objeto de vivas controvérsias. (ROMEIRO, 1998, p. 23).”

Dito de outra forma, a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações. No entanto, apesar dessa diversidade, observa-se também que as formas locais de agricultura, praticadas numa região, numa época determinada, se parecem suficientemente para serem aproximadas e classificadas numa mesma categoria. (MAZOYER, 1933, p. 72)

De forma que na Europa, além das áreas cultivadas se estendia uma faixa de pasto comum permanente, em que o gado de todos os habitantes da aldeia ia pastar. Mais longe ainda estava localizada a floresta comunal, onde os camponeses se abasteciam de lenha e caça.

Segundo Romeiro (1998, p. 25-32), na distribuição das áreas habitáveis prevaleciam os traçados alongados, com as aldeias se formando pelas beiras de estrada. O habitat concentrado estimulava os hábitos comunitários, embora associados à propriedade privada do solo. O feudalismo se entrosou nessa organização econômico-social. Na propriedade de domínio do Feudo, os camponeses, transformados em servos da gleba, pagavam seu tributo em espécie (cereais, vinho, pequenos animais); e na propriedade privada do Senhor, em corveia (trabalho gratuito). O Senhor lhes retribuía com “uma” certa segurança pela defesa militar.

Os efeitos da maior produção de alimentos logo se fizeram sentir, comendo melhor, as pessoas passaram a viver mais. As doenças já não matavam com tanta facilidade. Com o aumento da população, muitas áreas não aproveitadas para a agricultura passaram a ser plantadas.

Mas, se ampliarmos essas observações e as seguirmos por mais tempo, discerniremos então formas de agricultura muito diferentes que devem ser classificadas em outras categorias. Assim, pouco a pouco, descobrimos que as múltiplas formas de agricultura antigas

identificáveis podem ser classificadas em um número finito de categorias, cada uma delas ocupando um lugar determinado no tempo e no espaço, da mesma maneira que classificamos outros objetos mutantes como os seres vivos, os solos, os povoamentos vegetais etc. (MAZOYER, 1933, p. 72)

Dessa maneira, a produção crescia, não somente por causa das técnicas agrícolas, mas também pelo aumento da área plantada. Uma das técnicas amplamente difundidas era a técnica do pousio: “a grande novidade das novas práticas agrícolas em relação ao sistema na ausência de pousio, que era um método econômico de controle de ervas daninhas e de preparação do solo para o cultivo de cereais”. (ROMEIRO, 1998, p. 28).

Desde o século XIV aboliu-se o sistema de rotação trienal na Europa, e as terras de “pousio” foram substituídas por pastos artificiais e culturas de nabos. Os lavradores aplicavam toda espécie de adubo a seu alcance: a lama dos canais, restos de comida, estrume de gado e, sobretudo dejetos humanos adubo tão representativo dos Países Baixos quanto da China. Assim, no século XVII, às culturas de verão cereais ou linho sucediam as culturas de inverno.

3.2 A Agricultura Moderna e Contemporânea

Com o início da revolução industrial e a crescente importância das cidades fabris, a Inglaterra foi cenário de um fenômeno que se irradiou do Ocidente para o mundo: o rápido aumento das populações urbanas e o declínio progressivo das populações rurais.

Enquanto essas mudanças se verificavam no oeste da Europa, as descobertas marítimas dos séculos XV e XVI iam cada vez mais abrindo os mercados coloniais às metrópoles da Europa.

Os Portugueses foram pioneiros nas formas de exploração desses mercados, primeiro pelo escambo, (troca de mercadorias) depois pela implantação de engenhos de açúcar. As regiões dos trópicos e subtropicais úmidas, no tempo do capitalismo mercantilista, até o século XVIII, conheciam três formas principais de economia rural:

A economia de subsistência dos nativos, baseada no sistema de roças; Tinham quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exploração para a metrópole), no Brasil com a monocultura de cana, algodão ou café, em solos férteis de várzeas ou florestas, com mão de obra escrava; b) As fazendas de criação, em pastos nativos, nas savanas e campinas, com o sistema de livre pastoreio; c) As várzeas foram desde a pré-história áreas de

eleição para o desenvolvimento da agricultura porque, além de naturalmente férteis, tinham essa fertilidade renovada todos os anos através das enchentes.

Nessas condições, só impõem restrições às culturas permanentes; as plantas temporárias podem ser cultivadas livremente nas várzeas, seja em monocultura anualmente repetida, seja em diversidade total, sem risco de esgotarem o solo.

Sob o aspecto da urgência e da prática, a indústria influenciou a agricultura ao fornecer as primeiras máquinas realmente eficazes. Sob o aspecto econômico, forneceu-lhe mercados urbanos em expansão, não só pelo número maior de habitantes, mas também por seu poder aquisitivo maior.

O campo, com a introdução de novas máquinas, tornou-se mais dependente da cidade. Os lavradores ingleses, consolidados no poder dos nobres em seus latifúndios, transplantaram-se em massa para as áreas urbanas ou emigraram para os Estados Unidos. Na mesma época, outras inovações foram concebidas no próprio meio rural, como a substituição do boi pelo cavalo na tração do arado, incluindo fortes pesquisas para a introdução do sistema agroquímico de produção.

A partir de uma perspectiva histórica, das condicionantes socioeconômicas, institucionais e ecológicas do modelo de modernização agrícola que chamei de euro-americano, cuja difusão em nível mundial ocorreu principalmente a partir dos anos 60, no bojo da chamada Revolução Verde. O que se busca mostrar é que as atuais práticas agrícolas consideradas como modernas não foram simplesmente, como é frequentemente afirmado, a única resposta técnica possível ou a mais eficiente para aumentar a produtividade e os rendimentos da terra, de modo a fazer face às necessidades impostas pelo crescimento demográfico e pelo processo de urbanização. Seu cerne tecnológico resulta em grande medida do esforço técnico-científico para tornar viável a monocultura e contornar os efeitos de seu impacto ecológico sobre os rendimentos. (ROMEIRO, 1998, p. 70).

Ainda de acordo com Romero (1998), é possível considerar que o modelo euro-americano de desenvolvimento agrícola, é baseado na intensa utilização de fertilizantes e insumos para produção agrícola, combinadas com sementes de alta qualidade, e a aplicação de processos mecânicos na produção de alimentos.

Na maioria dos países da América Latina a agricultura ainda é feita como no período colonial, ou seja, propriedades grandes das terras planas e férteis pertencem a poucas famílias, e sua produção é destinada a exportação, e a produção de alimentos são desenvolvidas em pequenas áreas de relevo acidentado e íngreme pelos produtores de alimentos, camponeses e agricultores familiares.

Dois tipos de agricultura caracterizam a América Latina: a agricultura de subsistência, desenvolvida com uso de práticas tradicionais, e a agricultura comercial que se caracteriza pela monocultura.

Os latifúndios recebem incentivos do governo por meio de facilidades na obtenção de créditos. Esse processo é oriundo de influências externas de países que querem que seus mercados internos sejam supridos pelas grandes propriedades rurais com os seus produtos. Outro tipo de pressão que favorece as grandes propriedades rurais são os representantes dos governos, como deputados, senadores, que lutam pelos interesses desses produtores.

3. MODELOS DE AGRICULTURA BRASILEIRA – AGRONEGÓCIO X AGRICULTURA FAMILIAR

O Brasil, enquanto Estado, pouco fez ou quase nunca olhou para a diversidade cultural, social, vegetal. Nem mesmo para riqueza das relações entre os povos tradicionais e a sua terra. Mesmo as cartas trocadas entre os navegadores e a coroa, eram recheadas de detalhes permeados pela visão mercantilista sobre este novo solo, a ser colonizado, e explorado. Depois vivemos o primeiro processo de distribuição fundiária com as capitanias hereditárias e este modo marcou e marca até hoje, os projetos de política agrícola e agrária para o Brasil, alicerçadas na concentração de terras, exploração da mão de obra e de todos os recursos naturais que nela se encontram, em muitos espaços até a exaustão (OLIVEIRA, 2007).

O modelo de desenvolvimento agrário no Brasil possui claramente seu caráter mercantilista, econômico e explorador, transformando até mesmo os grandes latifúndios (senhores de terras) em grandes empresários do agronegócio, subsidiados por políticas de Estado com base na oferta expansiva e subsidiada do crédito rural. Gerou enormes consequências ao Brasil, pois não estruturou um projeto de desenvolvimento sustentável ao rural brasileiro, apenas tratando-o como celeiro produtor de alimentos e matéria prima para produção em escala nos complexos agroindustriais.

Muito além do debate apenas econômico, e dos problemas sociais gerados pela proposta desenvolvida durante este período, a modernização acumulou amargos resultados sobre a sustentabilidade socioambiental com aumento do endividamento dos agricultores, êxodo rural, forte dependência de insumos externos a propriedade, esgotamento da capacidade produtiva dos solos, erosão e poluição do solo, água, animais, perda da biodiversidade, contaminação das pessoas. Muitos destes comportamentos ainda são sentidos até hoje, como o retrato apresentado pelo IBGE do Indicador de Sustentabilidade, ao analisar dados de 1997 a 2000,

A agricultura moderna tem gerado impactos ambientais que comprometem a sustentabilidade dos ecossistemas agrícolas, a médio e longo prazo, embora esteja atingindo níveis de produção e de produtividade que atendem ao mercado. Os fertilizantes são largamente utilizados e estão associados eutrofização dos rios e lagos, acidificação dos solos e contaminação de aquíferos de reservatórios de água (IBGE, 2001).

O presente relatório afirma que a produção brasileira atinge os indicadores exigidos pelo mercado, mas a um custo cada vez maior ao ecossistema, e sem tocar aos prejuízos causados as populações vindouras. Do processo de modernização da agricultura gerou,

Uma difusão de processos de produção, com um elevado grau de mercantilização, uma acentuada utilização de insumos de origem agroindustrial e uma forte dependência em relação a agentes externos e relações mercantis e/ou contratuais. (NORDER, 2004, p.06).

Outra consequência dos processos modernizadores do rural brasileiro é a condensação da população rural nos centros urbanos, aumentando ainda mais os problemas sociais e ambientais nas cidades.

O atual movimento que vivemos, é de fortalecer o debate sobre o desenvolvimento sustentável, que reconduz uma discussão, de um rural com várias perspectivas,

Na verdade, a própria discussão sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil é anterior à retomada do debate sobre o desenvolvimento rural. Neste caso, ocorre a confluência de dois temas que emergem no cenário social, político e intelectual (SCHNEIDER, 2007, p.15).

No Brasil, seja pelos aspectos econômicos, sociais, ambientais, pela ocupação do território, ou ainda pela sustentabilidade ambiental, necessita discutir de modo mais aprofundado o padrão de desenvolvimento que situe a agricultura brasileira, contemplando a grande e a pequena produção, o agronegócio e a agricultura familiar, com respeito aos recursos naturais, na manutenção da vida sobre o planeta.

3.1 Um lugar para a Agricultura Familiar

A categoria da agricultura familiar não é recente, porém, compreender sua função social, significa incluir a abrangência de atributos que lhe tem sido conferido nos últimos anos, com ares de renovação.

Segundo Blun (1999), nos anos de 1964, a agricultura familiar foi definida como:

o imóvel que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhe absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhada com a ajuda de terceiros.

Como vimos apontando, a propriedade familiar, fica pobremente definida pois este conceito tem um marco pontual mais para fins classificatórios dos imóveis rurais, que as características que formam a agricultura familiar.

Mais tarde, em 1996, o estudo realizado pela INCRA/FAO apresenta 04 fatores como modo de conceituar a agricultura familiar, sendo eles: a) direção das atividades, seja do agricultor ou da sua família; b) não utilização de mão de obra de empreitada; c) não mantem empregados permanentes; d) possuem áreas menores.

O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: A) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; B) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Adicionalmente, foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares⁴. Tal limite teve por fim evitar eventuais distorções que decorreriam da inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares, ainda que do ponto de vista conceitual a agricultura familiar não seja definida a partir do tamanho do estabelecimento, cuja extensão máxima é determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe. (INCRA/FAO, 2000, P.8)

Adentrando mais na tentativa de conceituar a agricultura familiar trazemos presente Lamarche, que explicita:

Entende-se por Agricultura Familiar, como uma unidade agrícola basicamente administrada e operacionalizada pela mão-de-obra familiar, onde capital e trabalho andam juntos. A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a sua reprodução. (LAMARCHE apud⁵ WANDERLEY, 1999, p. 30)

⁴ Essa área máxima regional foi obtida do modo a seguir exposto. Foram consideradas as áreas dos módulos fiscais municipais, segundo a tabela do INCRA. Calculou-se a área de um módulo médio ponderado, segundo o número de municípios em que incide cada área de módulo fiscal municipal, para cada unidade da federação. A partir desse “módulo médio ponderado estadual”, foi calculado um módulo médio para cada grande região do país. O “módulo médio regional” foi multiplicado por 15 para determinação da área máxima regional, com o que se procurou estabelecer uma aproximação com o que dispõe a legislação, tendo em vista que o limite máximo legal da média propriedade é de 15 módulos fiscais.

⁵ SERVOLIN, Claude. *L’agriculture moderne*. Paris:Seiul, 1989

Ainda assim, a conceituação deste grupo de agricultores não consegue ser compreendido além do modo de gerência, do ponto de vista produtivo.

As tabulações dos Censos Agropecuários, que são instrumentos de análise quantitativa do setor agropecuário no Brasil, não permitem a separação entre agricultura familiar e patronal, na forma básica como os dados são disponibilizados pelo IBGE, restringindo-se, a estratificação segundo a condição do produtor, o grupo de atividade econômica e os grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários.

É preciso compreender tanto as formas sociais, como, a pluriatividade, a cultura, o acúmulo das gerações, autonomia, interconhecimento, subsistência e produção, a história e sua constituição, sem negar as relações econômicas e o capital social⁶ que ali vive.

Caracterizar a agricultura familiar dentro do imenso contexto que ela representa, não é uma atividade simples. Os métodos oficiais utilizados através de Censos realizados no Brasil, ainda não permitem a diferenciação dos agricultores presentes no contexto do campo, como aponta o relatório da FAO,

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas..) seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais tem interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes... (FAO, 2000 p. 10)

O modo de produção como espaço de vida se construiu pelo longo da história, no mais provável e longínquo, pela descendência do camponês. Estudos realizados apontam a remanescente do agricultor familiar, do campesinato.⁷

Segundo Wanderley, o campesinato foi, e ainda é, um setor predominante nas sociedades tradicionais. Faz-se necessário compreender a que medida o modelo camponês clássico pulverizou as sociedades agrárias, influenciando grandemente a forma de vida ou de produção na agricultura. Podemos perceber na análise abaixo cinco traços que caracterizam o campesinato e dão certa identidade a agricultura familiar.

⁶ Segundo Coleman, capital social enfatiza a ideia de interação social, que produz fortes sentimentos de reciprocidade ou que, simplesmente, cria obrigações. Ele define capital social como sendo o conjunto de recursos produzidos pelas relações sociais interindividuais, tais como confiança e credibilidade mútua, que, a disposição dos membros da comunidade, facilitam suas ações (JUNQUEIRA, 2003, p. 33)

⁷ Apesar de vários autores discutirem e apresentarem como campesinato e agricultura família serem grupos e categorias diferentes utilizarei a abordagem da remanescente do grupo agricultura familiar no campesinato.

Estudos sobre o campesinato apontam essencialmente cinco traços característicos deste grupo social: a) relativa autonomia frente a sociedade global; b) importância estrutural dos grupos domésticos, c) um sistema econômico de autarquia relativa, d) uma sociedade de interconhecimento e; e) função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e global. (WANDERLEY, 1999, p. 24)

Conforme a autora, a relativa autonomia, se constrói no espaço demográfico, social e econômico, em último caso, se expressa na capacidade de prover a subsistência imediata do grupo familiar.

A estruturação dos grupos domésticos, fundados em valores tradicionais da dinâmica social, sendo que ela absorve o externo, dinamiza-se, e redefine-se em novas relações.

O sistema econômico representa-se pela pluriatividade agrícola e pecuária, e a ele cabe o poder de optar por modificar seus projetos e programas de trabalho naquele espaço, a fim de conseguir atender a grande quantidade de atividades que ele desempenha.

O interconhecimento se constrói na proximidade que todos possuem para com os demais membros do espaço rural. Conhecem os demais e seus aspectos de personalidade, o que permitem estabelecer com o outro, uma vida social intensa.

Estes cinco elementos apontados no estudo sobre o campesinato refletem muitos dos traços explicitados em estudos sobre a diversidade da Agricultura familiar, no Brasil e em outros países.

Dentre estes estudos, podemos citar Wanderley (1999), que aponta o fato do campesinato ter se multiplicado em outras formas de agricultura familiar, não apenas camponesas, onde o modelo de economia globalizada tem atingido este meio, transformando-a em agricultura moderna, com anseios econômicos e posteriormente enquanto forma de vida.

Consideramos a influência histórica, ao afirmar que o modelo original de campesinato no Brasil reflete os resultados dos processos sociais da história da agricultura brasileira, em especial, sua colonização, e outros processos históricos, como as capitânicas, independência nacional, a escravidão além dos processos de ocupação e posse, diante de tamanha quantia de terras devolutas.

O campesinato no mundo e no Brasil tornou-se motivo de conclusões incorretas sobre a qualidade de vida e modos de produção deste sujeitos, o que não os desanima, e hoje visualizados na “agricultura familiar”, como seus descendentes, que também, buscam encontrar-se, enquanto características próprias de vida e produção.

Superando a análise econômica de sua importância, alguns elementos constitutivos dos modelos de agricultura familiar, têm chamado atenção de estudiosos sobre a superação da descontinuidade entre homem-natureza. Pois neste modelo há maior diversidade de formas sociais, como, a pluriatividade, a cultura, o acúmulo das gerações, autonomia,

interconhecimento, subsistência, produção e manutenção da biodiversidade, aliados a história de sua constituição e resistência.

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas...) seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes... (FAO, 2000 p. 10)

As formas adotadas pelos agricultores familiares contribuem para sua permanência na atividade, pois se explicam não somente por motivos materiais, mas também subjetivos que lhes atribuem significados a existência e ao futuro, garantindo assim, a coerência de sua identidade. Muitos autores apontam a remanescência do agricultor familiar, na construção histórica social do campesinato (WANDERLEY, 1999; TEDESCO, 1999).

Segundo Wanderley, o campesinato foi um setor predominante nas sociedades tradicionais, sua resistência influenciou grandemente a forma de vida do agricultor familiar, pois carrega cinco traços que caracterizam o campesinato e corroboram a formação da identidade da agricultura familiar. Citamos: “a) relativa autonomia frente a sociedade global; b) importância estrutural dos grupos domésticos, c) um sistema econômico de autarquia relativa, d) uma sociedade de interconhecimento e; e) função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e global (WANDERLEY, 1999, p. 24)”.

A agricultura familiar ou pequena agricultura no Brasil que era considerado atrasada, pelas suas contribuições econômicas, modos de vida, relação com a natureza e métodos de produção, que agora renasce, sob a visibilidade de “agricultura familiar”, está sendo tratada nas discussões pelas suas características relevantes para a superação dos problemas sociais e ambientais que vivemos, após o início do capitalismo.

Possuímos hoje, duas formas de se discutir políticas de desenvolvimento para a agricultura familiar (especificamente), no Brasil:

Por um lado, a agenda do Estado pode refletir a demanda social e, portanto, ser fruto da pressão dos movimentos, atores, instituições e organizações do meio rural, que apresentam suas reivindicações e problemas e colocam-se na expectativa de que a tecnocracia estatal venha a apresentar propostas e soluções aos mesmos. A outra possibilidade é de que a agenda do debate e os temas do desenvolvimento rural sejam elaborados ex-ante, por estudiosos, pesquisadores e acadêmicos assim como mediadores e/ou organizações que sobrevivem da elaboração de projetos e de sua interface com o Estado. (SCHNEIDER, 2007, 17).

A agricultura familiar que era considerada um problema para o desenvolvimento do país, recebe uma nova possibilidade, como nova âncora para projetos de desenvolvimento, mas que ainda não estão claros se os projetos são pautados na sustentabilidade, pois mesmo as políticas de crédito adotadas para a agricultura familiar apresentam um engessamento ao subsídio de modelos alternativos, como a agricultura agroecológica, orgânica, biodinâmica ou biológica, outros recursos são escassos para a ampliação e estímulo de atividades não agrícolas, investimento na infraestrutura como acessos, moradias, educação diferenciada, atividades culturais e de lazer, sistemas de comunicação, de uso de recursos, entre outras.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS PARA AS AGRICULTURAS NO BRASIL

Mesmo sendo o Brasil, um dos países que mais investiu na criação de políticas públicas para a agricultura familiar, estamos muito longe do legítimo reconhecimento enquanto proposta de desenvolvimento sustentável, pois não conseguimos construir propostas que desvinculem a relação mercadológica da agricultura familiar. Pouco ou nada tem sido feita para resgatar a lógica de integração entre trabalho e uso dos recursos naturais, relações comunitárias, socioeconômicas e de vida.

Outro grande desafio é a valorização das formas de produção de alimentos seguros, com investimentos nas áreas de manejo e cultivo de bancos de sementes não modificadas geneticamente; bem como o manejo e cultivo destas espécies, pois a humanidade possuía milhares de sementes utilizadas pela sua alimentação, hoje restringimos a algumas centenas delas. Deixamos de integrar manejo pecuário e agrícola, porque “especializamos e criamos escalas” de nossos focos produtivos, aumentando riscos de poluição, empobrecimento e dependência das famílias.

É necessário retomar a diversidade vegetal e animal, como forma de enriquecer e multiplicar as potencialidades produtivas, diminuindo o uso de insumos externos, revalorizando os saberes em relação ao convívio com o meio ambiente, aprendido através de gerações de interação do homem com a natureza. Há necessidade de fundar novos modos de vida e produção pautados na diversidade e nas redes de autoconfiança das populações locais, gerando formas mais participativas de gestão de seus recursos.

A manutenção das relações de mercado deve superar a racionalidade do lucro e do produtivismo, deve ser uma relação baseada do respeito e dependência mútua, da solidariedade de quem produz para quem consome, valorizando as formas de mercados locais, tão desestimuladas pelas regras sanitárias dos monopólios agroindustriais.

Mas o Brasil para conseguir fazer isso, precisa encarar estes desafios como um compromisso político, ideológico e conjunto, entre sociedade civil, organizações e governos, de todas as esferas. Para ajudar neste debate, só não podemos imaginar e esperar que todos sejam chamados a participar destes debates, estimular as universidades, organizações da sociedade e dos agricultores a ampliar os fóruns de participação e fomento sobre esta temática tão cara para a humanidade, considerada essencialmente de agricultura familiar, e essencialmente para o pensar o desenvolvimento sustentável inclusivo e diverso.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **FUNÇÕES E MEDIDAS DA RURALIDADE NO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO**. Texto para discussão. 702. Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão. IPEA, 1998 disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2360>, acessado em 20/11/2016.

FAO/INCRA. “**RELATÓRIO: o novo retrato da agricultura familiar – Brasil redescoberto**” Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000 (mimeo).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

IBGE. **Relatório: Indicador de Sustentabilidade 2001**. Disponível em www.ibge.gov.br, acessado em julho de 2013.
MAZOIER Marcel, **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; 1933- [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

NORDER, Luiz Antonio C. **As bases endógenas da geração de empregos na agricultura familiar**. Seminário Temático ANPOCS, Caxambu/MG, 2004

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção agrícola e reforma agrária**. 1º ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

ROMEIRO. Ademar Ribeiro. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura**. São Paulo. Annablume. FAPESP, 1998.

SCHNEIDER. Sergio. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 20-24 agosto, 2007.

TEDESCO, João Carlos. “**Terra, Trabalho e família – Racionalidade produtiva e ethos camponês**”. Editora UPF, Passo Fundo RS, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. “**Raízes históricas do campesinato Brasileiro**” in TEDESCO, João Carlos. (Org.) “Agricultura familiar- realidades e perspectivas” 2º edição, Passo Fundo, EDIUPF, 1999